

**REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS DOS ARQUIVOS
E DO FAZER ARQUIVÍSTICO ENQUANTO INSTRUMENTOS DE PODER**
EPISTEMOLOGICAL REFLEXIONS ABOUT ARCHIVES
AND WORKING WITH FILES AS INSTRUMENTS OF POWER

FERNANDA MONTEIRO | Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO e professora substituta do Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos da Escola de Arquivologia da UNIRIO.

RESUMO

O debate teórico e conceitual do campo dos arquivos é fundamental para que se possa repensar o papel dos documentos arquivísticos. A partir da apresentação de algumas vertentes da área, o objetivo do presente artigo é refletir sobre a função política e social dos acervos documentais. Na medida em que são investidos de um pretense acesso a “verdades”, tornam-se ferramentas estratégicas na disputa de construção da memória.

Palavras-chave: arquivos; memória; poder.

ABSTRACT

The theoretical and the conceptual debate of the archive area is essential to help us to reconsider the role of the archival documents. Presenting some paths in this area, this paper aims to reflect on the politic and social role of the documentary collection. At the same time it is invested in a false access to the so called “truth”, it becomes a strategic tool to build the memory.

Keywords: archives; memory; power.

RESUMEN

El debate teórico y conceptual del campo de los archivos es fundamental para que podamos revisar el papel de los documentos de archivo. Desde la presentación de algunos aspectos de la área, el objetivo de este artículo es reflexionar sobre la función político y social de los acervos documentales. En la medida en que son investidos de un supuesto acceso a “verdades”, se convierten en herramientas estratégicas en la disputa de la construcción de la memoria.

Palabras clave: archivos; memoria; poder.

A partir da década de 1980, a memória emerge como uma questão central nas sociedades contemporâneas. Há uma preocupação política e cultural com a volta ao passado no sentido de se tentar preservar e guardar todos os elementos que possam de alguma forma influenciar o presente e o futuro, configurando o que Andreas Huyssen identificou, em uma alusão a Koselleck,¹ como sendo o deslocamento dos chamados “futuros presentes”, que marcaram as primeiras décadas da modernidade do século XX, para os “passados presentes”, no qual o passado passou a ser muito mais valorizado.

Huyssen analisa a memória como uma obsessão cultural, momento em que o mundo está sendo arquivado e musealizado com o objetivo de se conseguir recordação total, trocando o conceito de progresso pela valorização das tradições. A memória passa a ser comercializada por um motivo político, pois há a presentificação do passado.

Concomitantemente a essa explosão pela memória, há também o pânico do esquecimento, dinâmicas totalmente ligadas. Não existe memória sem esquecimento e vice-versa (Pollack, 1989). Quanto mais se tem a busca pela memória e pela lembrança, mais o esquecimento se torna latente. O esquecimento se torna mais forte do que a necessidade de esquecer e por isso criamos estratégias de sobrevivência de rememoração. Dessa forma, Huyssen parte da hipótese de que memória, história e patrimonialização precisam estar juntas para combater o mundo do esquecimento, provocado pela velocidade das mudanças e o encolhimento espaço-temporal.

A febre de memória nas sociedades contemporâneas se caracteriza por uma febre “mne-mônica” provocada pelo cibervírus da amnésia que de vez em quando ameaça consumir a própria memória. Portanto, Huyssen, em uma alusão a Nietzsche, defende que precisamos mais de “rememoração produtiva” do que de esquecimento produtivo.

Contudo, só se preserva o que está se perdendo, e nesse sentido o objetivo é tentar salvar elementos (objetos, práticas, valores, instituições) associados a uma “tradição” que são fundamentais no processo de construção da memória e identidade de grupos e indivíduos. De acordo com José Reginaldo Gonçalves (1996), trata-se de uma concepção moderna de história na qual o presente é narrado em uma situação de perda eminente e progressiva. É nesse contexto que se legitimam práticas de colecionamento, restauração e preservação de “patrimônios culturais”, nas quais os arquivos estão inseridos.

Gonçalves discute a construção de narrativas nacionais a partir da “retórica da perda”, um conceito que apresenta a objetificação cultural como forma de discussão da ideia de patrimônio e preservação. Esse debate insere os acervos no contexto de patrimonialização da memória, atribuindo-lhes um lugar privilegiado nos estudos sobre patrimônio.

O discurso de patrimonialização, de acordo com Gonçalves, é entendido como um esforço de restabelecer a continuidade e a integridade do que define uma determinada iden-

1 Huyssen (2000). O título do capítulo “Passados presentes: mídia, política, amnésia” e a ideia de “futuros presentes” se deve à obra de Reinhart Koselleck, *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

tidade. Há um lamento pela perda e fragmentação da origem, do tradicional, do autêntico, como se apenas o tradicional fosse autêntico. Nesse sentido, é preciso pensar em estratégias de preservação dessa origem, desse passado.

No caso dos arquivos, a discussão sobre “a retórica da perda” proposta por Gonçalves está além da preservação do passado, pois essa é apenas uma das preocupações que passam os arquivos. Há também o valor de prova dos documentos. Nesse sentido, o arquivo seria investido por um poder simbólico responsável pela guarda de “verdades” jurídicas, culturais, sociais...

Ao abordar especificamente o arquivo como um instrumento de contenção do passado, percebemos que ele surge como um lugar propício para o resgate ou construção de memórias coletivas ou individuais por meio da custódia de seus documentos. Conforme Bellotto (2004, p. 3), o documento arquivístico representa muito mais que um suporte, uma estrutura e um conteúdo. Implica a guarda, circunstância e a vontade de dar origem a um fato. Também segundo a autora, indica um propósito por meio do qual um fato e uma vontade determinam consequências; é o resultado de um procedimento de criação que se verá refletido na forma documental.

Pierre Nora (1993, p. 14) destaca que, embora a memória seja vivida no interior dos indivíduos, quase sempre ela necessita de suportes exteriores (materializada) e de referências tangíveis que só vivem através dela. Também aponta que daí surge a obsessão pelo arquivo que marca o contemporâneo e afeta, ao mesmo tempo, a preservação do presente e do passado. De acordo com Nora, os “lugares de memória” configuram-se em um processo no qual a memória se torna um valor, uma forma de poder. Esses lugares não são dados, precisam ser investidos de sentido, pois é necessário que haja um desejo de que algo se mantenha como referência de um grupo. Ainda segundo o autor, os “lugares de memória” só vivem na medida em que são atualizados, sob pena de se tornarem somente um espaço, lugares de narrativas históricas e não de vivências históricas. Nessa perspectiva, entendemos o arquivo como um “lugar de memória”.

No entanto, a ideia de “lugar de memória” parte de uma concepção específica do conceito de memória. A memória é transitória, passível de esquecimento, humana e social e, por isso, sujeita a mudanças. Assim, é muito complicado imaginar que poderá ser armazenada para sempre como uma estratégia de preservação, que poderá ser protegida em monumentos. É importante problematizar tal conceito, mas, em termos analíticos, o arquivo pode ser inserido, sim, nessa categoria, respeitando suas especificidades.²

A memória coletiva é constituída a partir das recordações de acontecimentos ou ações que se deram no passado refletido e ligado a nosso presente, configurando-se então pelo esquecimento e pela lembrança. Dessa forma, o arquivo pode ser utilizado como lugar dis-

2 Uma das principais especificidades do arquivo, em relação aos outros “lugares de memória”, é sem dúvida o valor probatório que agrega. O sentido de prova e de verdade segundo o qual o acervo arquivístico é investido lhe confere uma singularidade.

positivo de memória, com vistas a valorizar e preservar a memória de grupos ou indivíduos, por meio do resgate de fundos específicos, estabelecendo a relação entre a contextualização histórica e a custódia dos documentos.

Desse modo, é importante pensar os arquivos de uma perspectiva crítica. Segundo Luciana Heymann (2012), os arquivos devem ser entendidos “como artefatos dotados de historicidade, marcados por interferências configuradoras e investidos de uma série de atributos igualmente conformadores de sentidos”. Inicialmente, é necessário analisar os acervos arquivísticos como um conjunto anacrônico, ou seja, são vestígios intencionais que carregam uma série de antecipações (não existe intencionalidade desprovida de antecipações) que se combinam de forma instável, formados por diversas dimensões que juntas lhes dão vários sentidos. No entanto, terá um único sentido dado de acordo com o olhar particular dos pesquisadores e usuários.

Maurício Lissovsky (2008) analisa o arquivo como “lugar de excelência da incompletude”. Numa reflexão aparentemente paradoxal, defende que os arquivos são cheios de vazios, ou seja, existem espaços entre os documentos em razão de os arquivos serem sempre fragmentados. Segundo o autor, esse vazio remete a um passado que está por se realizar, e as lacunas do arquivo nos convidam a conjugar a história no futuro do pretérito, não falando apenas do que foi, mas anunciando o que poderia ter sido. Todo arquivo guarda traços do que foi e do que seria. É através do futuro guardado nos documentos que os vestígios do passado nos dizem algo no presente. Todo achado nos arquivos é um porvir.

No debate atual sobre a urgência de memória e usos do passado, o arquivo se torna central. Segundo Luciana Heymann, o arquivo ganhou espaço na cena atual por dois motivos. Primeiro, por se configurar em objeto de reivindicações coletivas e, segundo, por valorizar novas memórias produzindo um “desejo de arquivo” (Heymann, 2012, p. 7-8). De acordo com a autora, há uma nova configuração dos lugares de arquivamento, “alterando a paisagem arquivística”. Considerando o fato de que os arquivos e suas funções ainda são desconhecidos por muitas pessoas em nossa sociedade, estamos em um momento no qual novos conjuntos documentais são requisitados e documentos nunca antes imaginados passam a ser arquivados. Esse cenário aponta para uma nova relação entre arquivos e sociedade, na qual haveria uma espécie de “mão dupla” em que cada grupo passa a investir na sua memória por meio da produção de documentos e de espaços de arquivamento, da mesma forma que os arquivos que já existem passam a ser mais atrativos para os diversos setores sociais.

No entanto, é preciso estar atento às justificativas de preservação da memória. De acordo com Heymann (2012, p. 8), é necessário um esforço analítico na direção de contribuir para a “análise de distintos, e cada vez mais frequentes, empreendimentos que têm no arquivo a sua justificativa e motivação e que, ao associarem-no à possibilidade de ‘resgatar’ e ‘preservar’ a memória, contribuem para a sua naturalização, por um lado, e para sua sacralização, por outro”.

Segundo Ana Maria Camargo, os arquivos são revestidos de temporalidade, de uma “dinâmica temporal”, e de uma situação concreta de produção e acumulação dos documentos. É a dimensão do “quando” e do “como” que perpassa todo o fazer arquivístico. Esses elemen-

tos precisam ser levados em consideração na medida em que se pretende analisar a construção de acervos documentais, pois são decisivos na escolha de metodologias de trabalho. Essas metodologias vêm sendo utilizadas no sentido interpretativo, ou seja, são produtos de interpretações feitas para se chegar a um fim que já se sabe qual é, como se os documentos fossem forçadamente sendo encaixados em linhas de análise predefinidas.

Essa prática tende a ignorar a natureza contextual dos documentos arquivísticos, pois não leva em consideração os vínculos e relações entre si e as ações externas, como se cada documento fosse independente, ignorando a organicidade do acervo, função arquivística primordial. De acordo com Camargo e Goulart (2007, p. 21), contexto e conteúdo são interdependentes: “nenhum documento é uma ilha [...]. E o arquivo é sempre maior do que a somatória das partes que o integram, o que significa que cada uma delas carrega consigo a cunha da entidade produtora como um todo”.

É necessário, portanto, uma ressalva em relação ao aspecto instrumentalizador dos arquivos. Se pensarmos, por exemplo, nos documentos que sobreviveram aos regimes repressivos, notamos que esses documentos já não instrumentalizam mais as instituições que lhes deram origem, pois passam a adquirir o que Ana Maria Camargo chamou de “efeito-bumerangue” (Camargo, 2009, p. 425-426).

O “efeito-bumerangue” é uma característica dos documentos arquivísticos, relacionado ao seu efeito probatório. No caso dos regimes ditatoriais, por exemplo, esses documentos são usados como prova dos abusos cometidos para fins de reparação. No entanto, o valor de prova dos documentos está em qualquer tipo de arquivo, pois esses são investidos de um conhecimento retrospectivo que se aproxima da vontade de expiar a verdade, ou seja, os documentos podem fazer com que o passado volte, e muitas vezes de forma incômoda. Nesse sentido, o fascínio exercido pelos arquivos pode ser explicado, em grande parte, pela ilusão de acesso à verdade absoluta, sobrepondo-se a qualquer informação meramente narrativa.

Dessa forma, percebemos os esforços na direção da preservação e conservação dos arquivos. A preservação dos documentos influencia de modo direto a confiabilidade que seu uso pode inspirar, como se a verdade estivesse sendo preservada integralmente.

Além do valor de prova, outra característica dos arquivos é a autenticidade. Um documento é autêntico quando se conhece a sua proveniência, independentemente da veracidade do seu conteúdo. Assim, o documento pode ser falso, mas autêntico, na medida em que o seu órgão produtor é conhecido.

No entanto, essas duas premissas arquivísticas, o valor probatório e a autenticidade, têm suscitado debates em relação à imparcialidade dos arquivos. Durante algum tempo, mais especificamente desde o século XIX, as análises mais conservadoras defenderam que os documentos de arquivo estavam imunes aos sentidos que lhes emprestavam usuários e pesquisadores. Hilary Jenkinson é um dos principais expoentes dessa linha de análise, que influenciou os estudos de Ana Maria Camargo e Luciana Duranti, entre outros autores.

Acreditava-se que os documentos de arquivo eram “a materialização ou corporificação de fatos” (Duranti, 1994 apud Camargo, 2009, p. 429). Essa vertente defende que o valor referencial dos documentos não depende dos diversos e eventuais olhares dos pesquisadores

e usuários, nem mesmo dos arquivistas, pois esse valor é dado a partir da lógica da entidade produtora. Essa postura analítica acaba por naturalizar a produção dos documentos, como se os arquivos fossem formados naturalmente sem nenhuma intencionalidade ou interesse.

A linha teórica de Jenkinson entende os arquivos como testemunhos espontâneos do seu tempo, destacando que os documentos não são criados com intenções posteriores, e adota uma postura neutra em relação à formação dos arquivos. De acordo com essa interpretação, os documentos não são produzidos em razão de outros interesses que não os da sua funcionalidade. Segundo Ana Maria Camargo (2009, p. 435), “os documentos de arquivo desfrutam de dupla condição: são sempre parciais em relação à entidade produtora, isto é, são partes constitutivas de sua lógica interna; e são, simultaneamente, imparciais em relação ao pesquisador, isto é, não são partes constitutivas da lógica da pesquisa”.

Em contrapartida, novas abordagens teóricas vêm questionando essa linha de análise até então predominante na literatura arquivística. Autores como Terry Cook e Verne Harris, chamados de “pós-modernos”,³ defendem que o contexto arquivístico incorpora várias vozes, mudando sucessivamente. Cada pesquisador com sua perspectiva única acrescenta a própria voz às muitas vozes pelas quais o arquivo fala.

Esse tipo de análise é bastante criticado pelos positivistas da linha de Jenkinson. Eles apontam que, sob o pretexto de englobar ao conceito de arquivo outras diversas categorias analíticas, essa postura subverte o conceito clássico da área, dando mais ênfase às circunstâncias dos usos em detrimento da origem do documento. Também defendem que esse tipo de análise estaria abandonando toda a fundamentação teórica da arquivística.

A ideia de arquivo enquanto conceito vem se modificando ao longo dos anos, inclusive pelo investimento de estudos em outras áreas do conhecimento, como a filosofia e a história. Podemos identificar na produção intelectual de pelo menos dois autores alguns traços que reconfiguram as noções da área. Michel Foucault e Jacques Derrida são alguns dos principais expoentes da filosofia, nessa nova linha de análise do conceito de arquivo.

Foucault, no livro *Arqueologia do saber*, analisa a noção de arquivo para além do documento. Para o autor, o arquivo seria composto por fatores internos às culturas, elementos característicos que determinam as regras e os enunciados da dinâmica de certas sociedades. Analisando os métodos utilizados por historiadores numa nova vertente de produção historiográfica, Foucault defende que o ponto principal dessa nova abordagem de produção do conhecimento histórico é a crítica ao documento. Segundo o autor, a história em sua forma tradicional empreendia memorizar os monumentos do passado, e transformá-los em documentos. A história atual se voltou para a arqueologia, mudou sua posição acerca do documento. A intenção não é mais interpretá-lo, nem determinar se ele diz a verdade e qual o seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo, elaborá-lo no seu interior.

3 O termo “pós-moderno” é uma alusão à antropologia, com a qual a arquivística possui algumas aproximações. Enquanto a antropologia se reinventou em relação a pressupostos ditos como inquestionáveis, através dos debates pós-modernos característicos dos anos de 1980, a arquivologia permaneceu imune, até pelo menos meados dessa mesma década.

As contribuições do filósofo Jacques Derrida se deram em torno da ideia de originalidade e autenticidade que os arquivos preservam e da questão da conservação e seleção dos documentos. De acordo com o autor, o arquivo é composto de “traços que deixam traços”, colocando em discussão a noção de original e autêntico, na qual o passado não poderia ser encontrado no arquivo.

Outro ponto discutido por Derrida é o que ele chama de “lugar de uma grande violência”, no sentido de que na prática arquivística residiria um aspecto violento no ato de selecionar e conservar. Segundo Derrida,

não há arquivo que não implique em poder de destruição, de seleção ou de exclusão. A conservação não ocorre sem uma exclusão; é um poder eminentemente político que se exerce como poder de legitimação. [...] A partir do momento em que há arquivamento, está não somente em jogo o passado, mas o futuro. O ato de arquivamento, que deve conservar, é também um ato de amnésia. A amnésia está em curso na memória guardada, no ato que deposita. Na guarda arquivística, há tanto de esquecimento (ativo ou não) como de memória (apud Heymann, 2012, p. 14-15).

Esses são exemplos de reflexões que começam a repensar o papel do arquivo na dinâmica social, deixando de lado as análises que tendem a naturalizar o processo de construção e conservação documental e lançam mão de uma discussão mais crítica, abordando, por exemplo, indagações em relação à etnografia dos documentos, como em que medida os documentos e os arquivos controlam e/ou libertam indivíduos, grupos, sociedades. Esses questionamentos analíticos ganham espaço em trabalhos científicos que buscam justamente entender a relação entre as instâncias institucionais, os documentos, os usuários e os pesquisadores. São análises que pretendem localizar o arquivo como lugar de produção de narrativas e legitimação de discursos, partindo do pressuposto de que a acumulação de documentos não se dá de forma neutra. As práticas arquivísticas são revestidas de intencionalidade e racionalidade, produzindo um arcabouço documental que irá servir a determinados interesses.

Diante do exposto, é inerente pensar o lugar do arquivista nesse contexto. Ao entender o arquivo como um lugar dispositivo de memória e ferramenta fundamental no enquadramento intencional de práticas discursivas, o arquivista se torna peça-chave nesse debate.

O debate “pós-moderno”, além de tratar dos aspectos epistemológicos em relação aos arquivos, também refletiu sobre a participação do profissional nesse debate e questionou a ideia de arquivo e a posição dos arquivistas. É uma discussão crítica em relação aos padrões positivistas que prevaleciam na arquivística, com a proposta de redimensionar a noção dos arquivos na sociedade e o papel desempenhado pelo profissional de arquivo na dinâmica da função. Os autores pós-modernos questionaram manuais consolidados no meio arquivístico, que tinham como referência a escola teórica “jenksoniana”, e introduziram uma nova forma de pensar os arquivos. Alguns dos principais expoentes que iniciaram os debates em torno da dimensão ativa da prática arquivística são Hugh Taylor, Verne Harris e Terry Cook.

Em oposição ao ideal de neutralidade, objetividade e invisibilidade do arquivista, defendido pelos autores tradicionais, os estudos pós-modernos defendiam que o arquivista atuava politicamente, já que a sua função não pode ser deslocada dos embates e interesses sociais nos quais está diretamente inserido. Apesar de algumas reações negativas, as ideias pós-modernas começaram a ganhar espaço no meio dos anos de 1980. Segundo Heymann,

Investir no papel dos arquivistas na conformação da fonte histórica é uma das vertentes da abordagem etnográfica que alguns estudiosos têm sugerido como caminho para ‘desnaturalizar’ os arquivos e entendê-los como produto social em cuja ‘fabricação’ interferem vários agentes movidos por objetivos distintos e portadores de visões de mundo diferentes. Pensar os arquivos e sua produção implica, portanto, pensar em representações e práticas (Heymann, 2012, p. 25).

Nessa perspectiva, os arquivos são formados na dinâmica das relações sociais, por meio de distintas intervenções que vão da entidade produtora até os arquivistas, que antes mesmo do trabalho do pesquisador realizam eles próprios seleções, classificações e monumentalizações.

A proposta dos autores pós-modernos está diretamente ligada à necessidade de atualização dos conceitos arquivísticos e dos postulados profissionais da área. Possuem como aliadas as transformações eletrônicas que, segundo eles, introduziram desafios mais abrangentes para a prática arquivística, impondo novos posicionamentos dentro do campo. Defendiam que os arquivistas detinham um enorme poder, assim como um importante empreendedorismo no seu fazer diário. Os arquivistas seriam os coautores dos arquivos, sobretudo no que se refere às atividades de avaliação e seleção. Terry Cook destaca que os arquivistas, como gestores de arquivos, “detêm o poder sobre os próprios documentos essenciais à formação da memória e da identidade, por meio da gestão ativa dos registros antes deles se tornarem arquivos” (Cook; Schwartz, 2002, p. 15).

Por meio dos sistemas de arquivamento, da avaliação e seleção, da escolha de um determinado fragmento entre tantos outros possíveis para fazer parte do arquivo, os arquivistas frequentemente reinventam, reformatam e reinterpretam o arquivo. Cook observa que por meio de ideias e sentimentos diversos, ações e escolhas, a decisão sobre o que preservar e, em consequência, privilegiar ocorre em contextos socialmente construídos, que determinam as significações daquilo que se tornará arquivo. Nesse sentido, se pensarmos o arquivo enquanto “suporte” estratégico de memória, as experiências e atividades que os arquivistas acumulam ao longo do tempo influenciam o conteúdo arquivístico e, dessa forma, também a memória da sociedade.

Apesar das mudanças ocorridas ao longo dos anos, a arquivologia se mostrou resistente às novas formulações e estudos teóricos que surgiram nas ciências humanas. Com o chamado *linguistic turn* dos anos de 1980, novos questionamentos epistemológicos colocaram em xeque abordagens tradicionais e sacudiram a academia no que se refere às críticas aos pressupostos consolidados de diversas áreas do conhecimento.

História, antropologia, museologia, estudos da memória, foram áreas que se reconfiguraram frente aos novos desafios. Com a arquivologia foi diferente. Durante muito tempo

manteve-se imune às novas escolas de pensamento que questionavam as bases principais da disciplina. As funções arquivísticas começaram a ser repensadas diante do avanço tecnológico e da consciência política dos profissionais, gerando um sentimento de perigo para a profissão. A tradição do saber empírico escondeu o caráter criativo e político dos arquivistas, como se a intelectualidade não fosse compatível com o trabalho arquivístico.

No entanto, essa nova abordagem vem ganhando cada vez mais espaço, pois as antigas teorias já não conseguem dar conta das demandas que se apresentam atualmente na prática arquivística. É importante manter os elementos precursores da área, no sentido de nortear o fazer e a prática nos arquivos, mas é extremamente necessário que se tenha uma postura crítica quanto ao trabalho desenvolvido.

Terry Cook aponta para o perigo da recusa em admitir as relações de poder embutidas no exercício da profissão arquivística. Essa negação acarretaria por sua vez a abdicação das responsabilidades pelas consequências do uso desse poder. Assim, essa postura confortável de observador isento gera sérias sequelas para a compreensão e conclusão do papel dos arquivos e arquivistas nesses tempos mutáveis e para o uso reflexivo dos arquivos no futuro.

Dessa forma, entendemos os arquivos como construções sociais, pois são instituições socialmente construídas. Os arquivos possuem uma relação direta com as ideias de memória e verdade, influenciando a produção do conhecimento sobre o passado e os registros que moldam no presente as ideias de história, memória e identidade.

“Os arquivos têm o poder de privilegiar ou de marginalizar. Podem ser uma ferramenta de hegemonia ou de resistência [...]. Nesses espaços de poder, o presente controla o que o futuro saberá do passado” (Cook; Schwartz, 2002, p. 24). Essa passagem exemplifica a importância que o conceito de arquivo adquiriu na abordagem pós-moderna. Entendidos como um espaço estratégico de legitimação de narrativas e práticas sociais, que remetem à construção de valores e identidades, os arquivos são investidos de significados que são conferidos através de embates de interesses. Por sua vez, esse caráter social do arquivo está diretamente ligado ao trabalho do arquivista, que é o agente principal nesse processo, seguido pela instituição na qual está inserido.

Assim, o arquivo não pode ser entendido como depósito de documentos velhos, mas sim como ferramenta estratégica de poder na construção de memórias e identidades sociais. Os arquivos são lugares ativos onde o poder é negociado, contestado, confirmado, sobretudo pela atuação política dos arquivistas, que agem de forma decisiva na configuração arquivística, fazendo com que os documentos reflitam as suas diversas “vozes”.

Referências bibliográficas

BELLOTTO, Heloísa L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos e o acesso à verdade. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (org.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, v. II, p. 424-443. São Paulo: Alderaldo & Rothschild Editores, 2009.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2007. 316 p. Edição bilingue: português e inglês. ISBN 978-85-99588-04-8.

COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan M. Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna. *Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba*, Fundação Pró Memória de Indaiatuba, Indaiatuba (SP), v. 3, n. 3, p. 15-30, jul. 2004.

DURANTI, Luciana. The Concept of Appraisal and Archival Theory. *The American Archivist*, Chicago, v. 57, n. 2, p. 328-344, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996, cap. 1, p. 11-35.

HARRIS, Verne. Claiming Less, Delivering More: a Critique of Positivist Formulations on Archives in South Africa. *Archivaria*, Ottawa, n. 44, p. 132-141, 1997.

HEYMANN, Luciana Quillet. *O lugar do arquivo: a construção do "legado" de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012, v. 1. 237p.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, cap. 1, p. 9-40.

JENKINSON, Hilary. *A Manual of Archive Administration: Including the Problems of War Archives and Archive Making*. Oxford: Clarendon Press, 1922.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 535-549.

LISOVSKY, Mauricio. O que fazem as fotografias quando não estamos olhando para elas? In: BARRENECHEA, M. A. (org). *As dobras da memória*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

Recebido em 15/4/2013

Aprovado em 4/7/2013